

# Às ruas para virar o jogo e lutar pelos nossos direitos!

Desde ontem, depois que a delação dos irmãos da JBS elevou a crise à enésima potência e, a ainda hoje, com a recusa de Temer à renúncia, a questão que nos colocamos como ativistas do movimento de mulheres e feminista é: como fortalecer a nossa resistência à ofensiva conservadora nesse contexto?

[\(Cfemea 19/05/2017 - Acesse o site de origem\)](#)

Não foi por causa das nossas mobilizações e protestos que o Temer amanheceu o dia quase ex-presidente, mas mesmo assim, podemos vislumbrar a possibilidade de virar o jogo a nosso favor?

Nos abalos de altíssima intensidade que o Judiciário está impondo ao governo Temer e sua base golpista, que possibilidades temos de mobilizar sociedade, amplificar as vozes da indignação contra a usurpação dos nossos direitos, do nosso poder?

Tem alguém para salvar a pátria? Mantido o parlamento mais conservador desde o golpe de 64, as Diretas Já seriam suficientes? E as eleições gerais? E a constituinte? Temos condição de mobilizar forças, capacidade de convergência e articulação política suficientes para exigí-las? Como virar o jogo em prol da soberania popular?

Chegamos à fase mais aguda da crise: a delação premiada de Joesley e Wesley Batista atingiu em cheio a figura de Michel Temer e do senador Aécio Neves. As características da denúncia revelam o traço mais importante da crise por que estamos passando. Trata-se de uma disputa entre forças conservadoras, representadas, neste caso, pela elite econômica entranhada nas estruturas poder do país. A JBS foi a maior doadora individual da campanha de 2014 e segue como uma das principais anunciantes dos veículos de comunicação hegemônicos, responsáveis pela defesa do golpe e seu projeto político antidireitos.

O trio responsável pela promoção do golpe: TV Globo, o Supremo Tribunal Federal, e o parlamento (majoritariamente composto pelas Bancadas BBBB), agora se empenha em tirar Temer do poder. As forças conservadoras estão buscando uma acomodação com o afastamento de Temer, com as eleições indiretas, com o sequestro da política pelo Judiciário, ou se isso não for possível, até pela força dos militares. Em qualquer uma dessas hipóteses, eliminando o poder da cidadania e a participação popular na decisão sobre os rumos que o país deve tomar.

O Congresso Nacional está comprometido com as contrarreformas de Estado, já destruiu o orçamento da seguridade social, garantiu a receita pública para os banqueiros, está fatiando os recursos públicos, o território brasileiro e os bens comuns, com o facão do patrimonialismo e dividindo os pedaços como se fossem novas capitânicas hereditárias entre os seus fiéis. Viola cotidianamente o princípio da laicidade pra sustentar a aliança com o fundamentalismo religioso. Vai acabar com a Previdência e os direitos d@s trabalhador@s em prol da ganância da iniciativa privada. É possível virar o jogo nesse campo minado?

Nesse contexto, o desafio que se impõe a nós feministas, aos movimentos sociais de uma maneira geral e a todas as forças contra hegemônicas, é o de criar saídas libertárias, à

esquerda, mesmo nesse cenário em que elas parecem tão estreitas e insatisfatórias. Ampliar nossas perspectivas implica agir aqui e agora, responder às emergências, por exemplo, impedindo que as reformas da Previdência e Trabalhista avancem eliminando nossos direitos.

Uma certeza temos. Para virar esse jogo, temos de ter forças, ocupar as ruas, mobilizar a sociedade para as transformações necessárias que sejam capazes de resgatar a política de seu sequestro por aqueles que usam e usaram o poder público para seu próprio privilégio. Tudo isso, sem perder de vista o sentido estratégico da transformação que queremos: radicalizar a democracia, construir o poder popular com a participação das mulheres, d@s negros, dos povos indígenas, da juventude, da população LGBTTI, de tod@s os excluídos; afirmar nossos direitos e proteger os bens comuns.